

Informação à Concelhia sobre o Orçamento Municipal de Lisboa 2021

A crise social provocada pela pandemia é a maior das nossas vidas. A cada dia que passa mais pessoas entram no desemprego e muita gente está excluída dos apoios sociais; a pobreza nunca cresceu tão rapidamente e voltou a fome a muitas famílias. Infelizmente, o OE2021 não prevê os meios necessários para salvar o SNS e os apoios necessários para combater a crise social. É tarefa da esquerda construir uma resposta forte à crise pandémica.

A vereação do Bloco em Lisboa empenhou-se nessa resposta social desde março, sendo responsável pelas medidas de mitigação da crise social. Assim, face às previsíveis dificuldades de 2021, trabalhamos para garantir um Orçamento Municipal que permitisse à CML corresponder às expectativas da população no seu âmbito de atuação.

O Orçamento da Câmara Municipal de Lisboa para 2021, apresentado na passada sexta-feira, garante medidas robustas para responder às consequências sociais e económicas da pandemia, além de reservar um valor importante para um cenário de agravamento da pandemia. Assim, a análise a este orçamento tem de ser contextualizada no momento que vivemos.

Podemos, neste momento, quantificar um impacto da pandemia no orçamento de 2021 da ordem dos 200M€, entre aumento de despesa e queda de receita. Ainda assim, prevê-se a realização do investimento previsto, para alavancar o emprego na cidade, recusando a lógica da austeridade cujas consequências já conhecemos no passado recente. Esse investimento dirige-se a equipamentos sociais como escolas e creches, habitação ou mobilidade.

Desde o início, o Bloco assumiu na CML um compromisso para uma resposta forte à crise social. Assim se garantiu a suspensão de rendas em fogos municipais, a isenção de rendas a estabelecimentos comerciais em espaços comerciais que encerraram, o adiantamento de pagamento a fornecedores ou, por exemplo, a isenção de taxas em diversas áreas.

No exercício das suas responsabilidades executivas na CML, o Bloco foi fundamental na concretização deste compromisso, criando a linha da frente de apoio solidário em Lisboa. Construímos, em tempo recorde, uma resposta inédita às pessoas em situação sem abrigo, uma rede alimentar que continua a apoiar milhares de famílias e o apoio às famílias e associações. Quando os efeitos económicos e sociais do confinamento se tornaram evidentes, a resposta municipal estava no terreno.

Isso implicou um reforço do orçamento do Pelouro da Educação e dos Direitos Sociais, com a duplicação da sua execução. Tivemos, assim, a maior despesa de sempre na área dos direitos sociais. O mesmo acontecerá em 2021.

Na discussão do orçamento municipal com o PS, prevista no acordo celebrado em 2017, o Bloco defendeu que as respostas sociais estabelecidas em 2020 têm de ser mantidas e reforçadas no orçamento de 2021.

Está previsto igualmente um pacote de resposta à pandemia para 2020/2021, tal como proposto pelo Bloco de Esquerda. Este apoio às famílias, comunidades, comércio e cultura, será reforçado, mantendo as medidas criadas anteriormente e aumentando os apoios financeiros. Sublinhamos a importância da criação de um fundo de apoio ao

comércio, restauração e cultura (22M€), o reforço da contratação na cultura (+5,9M€), ou, ainda, a aquisição de livros às livrarias independentes.

Ainda na área social, cujo Pelouro é dirigido pelo vereador bloquista Manuel Grilo, regista-se ainda a previsão no orçamento:

- da manutenção do alojamento de emergência para pessoas em situação de sem abrigo, e de um forte investimento no programa *Housing First*, prevendo-se que seja cumprida a entrega de 380 casas até ???;
 - do apoio às famílias e ao setor associativo que desempenha papel relevante na resposta à pandemia (6,8M€), através do Fundo de Emergência Social agregados familiares e associações.
 - da continuidade do apoio alimentar a famílias carenciadas (9,6M€), através:
 - da manutenção da distribuição de 3.600 refeições por dia (6M€);
 - do reforço das refeições solidárias produzidas em restaurantes locais para mais 40.000 refeições mensais (3,6M€).
- Além dos valores já apontados, o orçamento para 2021 prevê uma reserva de contingência COVID (85M€).

O orçamento mantém o investimento nas políticas públicas como centro do orçamento para a cidade, num total de 523M€, onde se inclui 64M€ para a habitação, 32M€ para a mobilidade, 25M€ para escolas, ou 12M€ para ciclovias e acessibilidade pedonal.

Cabe aqui registar, no entanto, que a execução de investimentos em obras públicas sofre atrasos pesados e sistemáticos. O Partido Socialista decidiu utilizar a empresa municipal Sociedade de Reabilitação Urbana para melhorar a execução de obras públicas, mas os resultados estão muito aquém do prometido. Os atrasos são anteriores à pandemia, o que resultou em 250 milhões de euros de obras por executar só em 2019. Esta fraca execução ocorre especialmente nos equipamentos e na criação de habitação pública. A execução é particularmente desastrosa no Programa Renda Acessível - Concessões (PRA-PPP), instrumento que o Partido Socialista privilegiou e a que o Bloco sempre se opôs.

Todas as habitações atribuídas até agora provêm do pilar público do PRA, proposto pelo Bloco de Esquerda em 2017. Este sinal é claro: há um problema de garantia de habitação, seja na esfera das empresas municipais, seja na das parcerias público-privadas. A única solução é a habitação pública.

Manuel Grilo